



**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Câmara Municipal de Rio Brillhante**  
**Casa de Leis Plínio Barbosa Martins**  
**"A Pequena Cativante"**  
**Gabinete VEREADOR JOSÉ MARIA CAETANO DE SOUSA (NO. PP)**

Documento Aprovado  
Em: 08/08/2019 - 12:55:02  
Nome JOSE MARIA CAETANO DE SOUSA /  
CPF/CNPJ 0632942851 / Email  
NO.25000@HOTMAIL.COM  
Certificadora AC SAFEWEB RFB v5 / Autenticação  
keyid295E4BD5464CBBFE16A763C11DC426F2DDD8F305  
Validado e Certificado 28/03/2020  
Presidente

## MOÇÃO: 12/2019

Senhor Presidente,

O vereador que a esta subscrive, requer, respeitadas as formalidades regimentais e após aprovada pelo plenário, seja enviada **MOÇÃO DE APOIO COM VOTOS DE CONGRATULAÇÃO** ao **Excelentíssimo Senhor Jair Messias Bolsonaro, Presidente da República, ao Excelentíssimo Senhor Sergio Fernando Moro, Ministro da Justiça e Segurança Pública e ao Excelentíssimo Senhor Deltan Martinazzo Dallagnol, Procurador da República, por devolver o sentimento de patriotismo aos brasileiros e recuperar a credibilidade da nação.**

### Justificativa:

Operação Lava Jato: é um conjunto de investigações em andamento pela Polícia Federal do Brasil, que cumpriu mais de mil mandados de busca e apreensão, de prisão temporária, de prisão preventiva e de condução coercitiva, visando apurar um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou bilhões de reais em propina. A operação teve início em 17 de março de 2014 e conta com 61 fases operacionais autorizadas, entre outros, pelo então juiz Sérgio Moro, durante as quais prenderam-se e condenaram-se mais de cem pessoas. Investigam crimes de corrupção ativa e passiva, gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro, organização criminosa, obstrução da justiça, operação fraudulenta de câmbio e recebimento de vantagem indevida. De acordo com investigações e delações premiadas recebidas pela força-tarefa da Operação Lava Jato, estão envolvidos membros administrativos da empresa estatal petrolífera Petrobras, políticos dos maiores partidos do Brasil, incluindo presidentes da República, presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e governadores de estados, além de empresários de grandes empresas brasileiras. A Polícia Federal considera-a a maior investigação de corrupção da história do país.

O nome da operação deve-se ao uso de um posto de combustíveis para movimentar valores de origem ilícita, investigada na primeira fase da operação, na qual prendeu-se o doleiro Alberto Youssef. Através de Youssef, constatou-se sua ligação com Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras, preso preventivamente na segunda fase. Seguindo essa linha de investigação, prendeu-se Nestor Cerveró em 2015, que depois delatou outros. Em junho, a operação atingiu grandes empreiteiras brasileiras, como a Andrade Gutierrez e Odebrecht, cujos respectivos presidentes, Otávio Azevedo e Marcelo Odebrecht, foram presos; posteriormente, muitas outras empresas de ramos diversos seriam investigadas. Ao longo de seus desdobramentos, entre outras pessoas relevantes que acabaram sendo presas graças à operação, incluem-se o ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral e o seu sucessor Luiz Fernando Pezão, ainda durante o mandato, o ex-senador Delcídio do Amaral, o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, os ex-ministros da Fazenda Antonio Palocci e Guido Mantega, o publicitário João Santana, o ex-ministro-chefe da Casa Civil José Dirceu, o empresário Eike Batista e, em abril de 2018, o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Ao final de dezembro de 2016, a Operação Lava Jato obteve um acordo de leniência com a empreiteira Odebrecht, que proporcionou o maior ressarcimento da história mundial. O acordo previu o depoimento de 78 executivos da empreiteira, gerando 83 inquéritos no STF, e de que o ministro do tribunal Edson Fachin retirou o sigilo em abril de 2017. Novas investigações surgiram no exterior a partir destes depoimentos em dezenas de países, dentre eles Cuba, El Salvador, Equador e Panamá.

Em 2017, peritos da Polícia Federal informaram que as operações financeiras investigadas na Operação Lava Jato somaram oito trilhões de reais.

**Jair Bolsonaro:** é um militar da reserva, político e atual presidente do Brasil. Filiado ao Partido Social Liberal (PSL), foi deputado federal por sete mandatos entre 1991 e 2018, sendo eleito através de diferentes partidos ao longo de sua carreira. Seu irmão Renato Bolsonaro e três de seus filhos também são políticos: Carlos Bolsonaro — vereador do Rio de Janeiro pelo Partido Social Cristão (PSC), Flávio Bolsonaro (senador fluminense pelo PSL e comandante da legenda no estado) e Eduardo Bolsonaro (deputado federal de São Paulo também pelo PSL).

Formou-se na Academia Militar das Agulhas Negras em 1977 e serviu nos grupos de artilharia de campanha e paraquedismo do Exército Brasileiro. Tornou-se conhecido do público em 1986, quando escreveu um artigo para a revista Veja no qual criticava salários de oficiais militares. Por causa disso, foi preso por quinze dias, apesar de ter recebido cartas de apoio de colegas do exército. Foi absolvido dois anos depois.

Bolsonaro ingressou na reserva em 1988, com o posto de capitão, para concorrer à Câmara Municipal do Rio de Janeiro naquele ano. Foi eleito vereador pelo Partido Democrata Cristão (PDC), partido que seria extinto em 1993. Em 1990, candidatou-se a deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. Foi o candidato mais votado, com apoio de 6% do eleitorado fluminense (464 mil votos), sendo reeleito por seis vezes. Durante seus 27

anos na Câmara dos Deputados, ficou conhecido por ter uma personalidade controversa, por conta de seu discurso de ódio e de suas visões políticas geralmente caracterizadas como populistas e de extrema-direita, que incluem a simpatia pela ditadura militar no Brasil (1964–1985).

Bolsonaro foi anunciado como pré-candidato à Presidência do Brasil em março de 2016 pelo PSC. Somente em janeiro de 2018, no entanto, anunciou sua filiação ao PSL, o nono partido político de sua carreira desde que foi eleito vereador em 1988. Sua campanha presidencial foi lançada em agosto de 2018, com o general reformado Hamilton Mourão como seu vice na chapa. Ele se apresenta como defensor dos valores familiares. Sofreu um atentado durante ato de campanha no dia 06 de setembro, recebendo um golpe de faca no abdômen. Em 07 de outubro, Bolsonaro ficou em primeiro lugar no primeiro turno das eleições presidenciais de 2018, com o candidato Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), em segundo. Foi eleito Presidente da República no segundo turno, em 28 de outubro, com 55,13% dos votos válidos. O presidente por sua vez, tem total importância na Operação Lava Jato, no sentido de dar total apoio e todo tipo de auxílio a todo judiciário e a polícia federal, mostrando-se parceiro de tudo de que venha devolver o sentimento de patriotismo aos brasileiros e recuperar a credibilidade da nação, uma vez que já houve o retorno de aproximadamente 08 trilhões de reais que haviam sido aplicados em paraísos fiscais por meios da corrupção, assim podendo investir em várias áreas do país, principalmente na educação.

**Sergio Moro:** Moro foi o responsável por julgar em primeira instância os crimes identificados pela força-tarefa da Operação Lava Jato, considerada a maior investigação contra corrupção do país, desde março de 2014. Em uma atuação incomum para o padrão da Justiça do país, Moro conduziu os processos em ritmo acelerado. A operação ficou conhecida por combater a corrupção no Brasil, com 175 prisões de empresários, políticos, lobistas e doleiros. Além das prisões, até 19 de dezembro de 2016, houve 120 condenações, com pena total de 1257 anos, dois meses e um dia de pena. Em 05 de novembro de 2016, Moro deu sua primeira entrevista pública como juiz da referente operação, na qual defendeu a limitação do foro privilegiado, sugerindo que poderia ser limitada aos presidentes dos três poderes. Em 12 de abril de 2017, seguiu a mesma decisão do Supremo Tribunal Federal e retirou o sigilo das delações da Odebrecht que citam pessoas que não possuem foro privilegiado.

As decisões de Moro sobre prisões preventivas e provisórias suscitaram polêmicas, porém elas têm sido quase totalmente confirmadas por todas as instâncias superiores do judiciário, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) ao Supremo Tribunal Federal. Segundo a força-tarefa da Lava Jato, desde o começo da operação em 2014 até outubro de 2016, dos 453 recursos das defesas em instâncias superiores, apenas 22 deles tiveram decisões favoráveis às defesas, isto é, 95,2% das decisões de Sérgio Moro foram mantidas.

Com relação a reformas de sentenças por julgamentos de apelações criminais em instâncias superiores, as condenações de Moro têm sido reformadas parcial ou integralmente, como é natural que aconteçam em julgamentos colegiados. Até 18 de dezembro de 2016, a 8ª Turma do TRF-4 julgou sete apelações envolvendo 28 condenados por Moro em primeira instância — três destas apelações já transitaram em julgado no tribunal. As penas de nove deles foram aumentadas no total de 78 anos e sete meses. Por outro lado, quatro réus tiveram a pena reduzida e outros quatro foram absolvidos - juntos, a diminuição das penas foi de 34 anos. Os 11 condenados restantes tiveram as penas mantidas. Em outras palavras, o TRF-4 ratificou ou subiu a pena de 71% dos condenados por Moro.

## Ministro da Justiça

Nas eleições de 2018, seu nome passou a ser cotado para ocupar o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) ou de ministro da Justiça. O presidenciável Álvaro Dias declarou que o nomearia ao Ministério da Justiça se eleito. O então candidato Jair Bolsonaro declarou em várias oportunidades que nomearia Moro ao STF ou ao Ministério da Justiça. Logo que eleito, confirmou essa possibilidade em rede nacional. Em 1º de novembro, Moro, após encontrar-se com Bolsonaro na casa do presidente eleito, aceitou seu convite para comandar o Ministério da Justiça, sendo o quinto ministro anunciado por Bolsonaro para compor seu futuro governo.

Para ocupar o ministério, parte do poder Executivo e subordinado ao presidente da República, Moro pediu exoneração do cargo de juiz federal, devido à impossibilidade de magistrados em atividade exercerem cargos políticos, vedação prevista na Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Em seguida a sua exoneração do Poder Judiciário, Moro foi nomeado pelo ministro Onyx Lorenzoni para a função de Coordenador do Grupo Técnico de Justiça, Segurança e Combate à Corrupção do Gabinete de Transição Governamental. A Associação dos Magistrados Brasileiros elogiou a escolha de Sergio Moro para o Ministério. Por outro lado, a decisão gerou reação adversa da imprensa internacional porque Moro havia condenado Luiz Inácio Lula da Silva, o principal adversário de Bolsonaro na eleição, por lavagem de dinheiro e corrupção.

O Ministério da Justiça projetado pelo presidente e oferecido a Moro acumula as funções do Ministério da Segurança Pública criado por Michel Temer. O ministério também incorporou responsabilidades do Ministério do Trabalho, que foi extinto no governo Bolsonaro, como as competências para a concessão de cartas sindicais e fiscalização de condições de trabalho.

## Posições

Moro, ao centro, participando dos debates da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em 2015.

Em setembro de 2015, Moro disse que o Judiciário precisava punir mais rápido e que o sistema penal brasileiro é "muito moroso", defendendo que réus sejam presos logo depois de decisões condenatórias em segunda instância.

Em agosto de 2016, em uma audiência na Câmara dos Deputados, Moro defendeu o fim do foro privilegiado que garante a autoridades julgamento em tribunais superiores. Na visão do magistrado, esse princípio "fere a ideia básica da democracia de que todos devem ser tratados como iguais."

Em outubro de 2016, Moro posicionou-se contra o projeto de lei sobre abuso de autoridade. Segundo ele, era preciso criar salvaguardas para deixar claro que a norma não pode punir juízes pela forma como interpretam as leis em suas decisões.

Em novembro de 2016, em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, Moro disse apoiar as 10 Medidas contra corrupção, um projeto de autoria do Ministério Público Federal no combate à corrupção, além de defender a restrição do foro privilegiado.

Em 2017, se posicionou sobre a questão da imparcialidade judicial afirmando: "Os questionamentos sobre a imparcialidade deste julgador constituem mero diversionismo e, embora sejam compreensíveis como estratégia da Defesa, não deixam de ser lamentáveis já que não encontram qualquer base fática e também não têm base em argumentos minimamente consistentes". A imparcialidade de Moro foi apoiada pela Procuradoria-Geral da República e pelo ministro Felix Fischer. O subprocurador-geral da República Nívio de Freitas Silva Filho e a procuradora-geral Raquel Dodge deram parecer de que "Moro se manteve imparcial durante toda a marcha processual".

Em 2018 voltou a defender a prisão em segunda instância como um instrumento legal contra a impunidade, e que mudar este entendimento seria um "desastre".

## **Prêmios e honrarias**

Em 2014, a revista Isto É o elegeu o "Brasileiro do Ano", e a Época, um dos cem mais influentes do Brasil. Na décima segunda edição do Prêmio Faz Diferença do jornal O Globo, foi eleito a Personalidade do Ano de 2014 por seu trabalho frente às investigações da Lava Jato.

Bolsonaro e Moro durante cerimônia de imposição de insígnias da Ordem de Rio Branco em abril de 2019.

Em junho de 2016, a Confederação Maçônica do Brasil conferiu-lhe a Comenda no Grau de Grã-Cruz. No mês de agosto o Exército brasileiro conferiu-lhe sua maior honraria, a Medalha do Pacificador, em reconhecimento a "relevantes serviços prestados ao país. Em dezembro a revista Isto É o escolheu um dos Brasileiros do Ano, na categoria Justiça. Em abril de 2017, recebeu o grau de Oficial da Ordem do Mérito Militar em cerimônia comemorativa do Dia do Exército.

Em outubro de 2017, foi premiado pela Universidade de Notre Dame pela dedicação exemplar aos ideais pela qual a Universidade preza desde 1992, segundo afirmou a própria instituição americana. A mesma universidade lhe concedeu em maio de 2018 o título de Doutor em Leis Honoris Causa "por ser um exemplo claro de alguém que vive os valores e que luta pela justiça sem medo ou favor".

Em 30 de abril de 2019, recebeu do presidente Jair Bolsonaro a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, conforme publicado em edição extra do Diário Oficial da União.

Em 11 de junho de 2019, Jair Bolsonaro também o condecorou com a medalha da Ordem do Mérito Naval, durante cerimônia alusiva à Batalha Naval do Riachuelo, no Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília, localizado às margens do Lago Paranoá.

Em 12 de junho de 2019, a Medalha Tiradentes foi concedida ao ex-juiz pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. A maior condecoração do estado foi aprovada por 27 votos favoráveis e 06 contrários.

**Deltan Dallagnol:** Filho do procurador de justiça Agenor Dallagnol. Protestante da igreja Batista, é formado em direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e mestre em direito por Harvard.

É procurador concursado do MPF, iniciando a carreira no Ministério Público Federal em 2003, quando entrou amparado por decisão judicial pois não havia completado dois anos de conclusão do curso de Direito. O procurador havia sido aprovado em 01º lugar no concurso para o Ministério Público do Estado do Paraná e em 2º lugar no concurso para juiz do mesmo Estado. É especialista em crimes contra o sistema financeiro nacional e lavagem de dinheiro, com atuações em casos grandes como Banestado e atualmente coordena e integra a força-tarefa da Operação Lava Jato.

## ***Projeto anticorrupção***

De acordo com o procurador, a Operação Lava Jato trouxe esperança na luta contra corrupção mas que considera difícil punir corruptos no Brasil sendo preciso mudar a legislação para garantir que os criminosos que cometam esse tipo de crime "permaneçam por mais tempo na cadeia e devolvam o dinheiro desviado da saúde, segurança e educação". Teve um trabalho essencial para em março de 2016 superar 02 milhões de assinaturas do projeto "Dez medidas contra corrupção" apoiado pelo Ministério Público Federal.

Em 2016, posicionou-se contrário a emenda para incluir anistia ao caixa 2 nas 10 medidas contra corrupção. Segundo Dallagnol, a proposta de anistiar o caixa dois, discutida na Câmara dos Deputados, representaria também a anistia à corrupção e à lavagem de dinheiro. A declaração foi feita no dia 28 de novembro de 2016, em debate na Fundação Getúlio Vargas (FGV), na Zona Sul do Rio. "A proposta que se fez de anistia não é uma proposta de anistia a caixa dois. É uma proposta de anistia a crimes relacionados ao caixa dois, redigida de modo tal a permitir anistia - na verdade o que se quer - é garantir anistia da corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive praticados na Lava-Jato", disse o procurador.

## ***Valores recuperados pela força-tarefa***

Em novembro de 2015, o procurador Deltan Dallagnol afirmou que a Operação Lava Jato quebrou todos os recordes de devolução de recursos para o país, recuperando 2,4 bilhões de reais. Antes da Lava Jato, "tudo que foi recuperado no país e entrou nos cofres públicos, em todos os outros casos de corrupção juntos, somam menos de R\$ 45 milhões", disse o procurador.

Em março de 2016, o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot trouxe os números atualizados e afirmou que a Lava Jato já teria recuperado mais de quatro bilhões de reais.

## **Maior ressarcimento da história mundial**

"Em 21 de dezembro de 2016, Deltan Dallagnol divulgou em suas redes sociais mensagem sobre o bilionário acordo de leniência com a Odebrecht e a Braskem. Em sua conta no Facebook disse que "é possível um Brasil diferente e a hora é agora".

A Odebrecht pagará multa de 3,82 bilhões de reais às autoridades do Brasil, Estados Unidos e Suíça. A empreiteira informou que o valor será pago ao longo de 23 anos e a soma das parcelas será reajustada de acordo com a taxa SELIC. A Braskem pagará 3,1 bilhões de reais em parcelas anuais reajustadas pela variação do IPCA. Dos quase 6,9 bilhões de reais, o Brasil ficará com 2,3 bilhões de reais da Braskem e 03 bilhões de reais da Odebrecht, somando 5,3 bilhões de reais. É o maior ressarcimento da história mundial, nas palavras do próprio procurador.

## ***Premiações:***

### **Global Investigations Review**

Em 24 de setembro de 2015, foi premiado pelo Global Investigations Review (GIR). O GIR é um portal de notícias consolidado no cenário internacional como um dos principais canais sobre investigações contra a corrupção e instituiu o prêmio para celebrar os investigadores e as práticas de combate à corrupção e *compliance* que mais impressionaram no último ano. Em seis categorias, foram reconhecidas práticas investigatórias respeitadas e admiradas em todo o mundo. A força-tarefa concorreu com investigações famosas como a do caso de corrupção na Fifa. Os países que disputaram o prêmio com o Brasil foram Estados Unidos, Noruega, Reino Unido e Romênia.

### **Prêmio República**

Em 10 de maio de 2016, a Operação Lava Jato recebeu prêmio especial, com o título *hors concours*, na categoria de Combate à Corrupção no IV Prêmio República de Valorização do Ministério Público Federal (MPF). Foram premiadas, no total, onze iniciativas e quatro receberam menção honrosa. A premiação foi realizada no auditório da Associação Médica Brasileira, em Brasília. A cerimônia contou com a presença de autoridades, procuradores da República, jornalistas e instituições de responsabilidade social.

### **Ajufe: Boas Práticas de Gestão**

Em maio de 2016, a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) divulgou os nomes dos vencedores do “Prêmio Ajufe: Boas Práticas de Gestão”. O primeiro lugar da categoria Boas práticas para a eficiência da Justiça Federal foi para a prática indicada pelo coordenador das investigações da Operação Lava Jato, o procurador do MPF Deltan Martinazzo Dallagnol.

### **Prêmio Anticorrupção**

Em 03 de dezembro de 2016, a Operação Lava Jato recebeu o Prêmio Anticorrupção da Transparência Internacional, sendo elogiada a atuação "em assegurar que os corruptos, não importa o quão poderosos sejam, são culpabilizados e a justiça seja feita. Nós estamos contentes de premiar os promotores brasileiros por trás da força-tarefa da Lava Jato com o Prêmio Anticorrupção 2016 pelos seus incansáveis esforços para acabar com a corrupção endêmica no Brasil".

### **Premio Innovare**

Em 06 de dezembro de 2016, recebeu o maior premio da Justiça brasileira, o Innovare, na categoria Ministério Público, concorrendo com 51 práticas inscritas na categoria.

### **Premio da International Association of Prosecutors**

Em setembro de 2018, recebeu o Special Achievement Award (Prêmio por Realização Especial) da International Association of Prosecutors, em Johannesburgo. O prêmio é dado a membros do Ministério Público que demonstraram dedicação especial no exercício de suas atividades profissionais.

Sala das Sessões, 24/06/2019 - 15:22:49

Nome JOSE MARIA CAETANO DE SOUSA  
CPF/CNPJ 06329442851

Município /

Pais BR

Email NO.25000@HOTMAIL.COM

Certificadora AC SAFEWEB RFB v5

Autenticação keyid295E4BD5464CBBFE16A763C11DC426F2DDD8F305

Validade do Certificado 28/03/2020

Assinado Digitalmente